
4. A PROPOSTA DE CURRÍCULO MÍNIMO DE 1979

4.1. Introdução: o ensino se torna pauta

O número reduzido de escolas no momento da publicação do Currículo Mínimo de 1969 facilitou sua absorção. Os cursos existentes moldaram-se rapidamente à nova diretriz curricular, conforme relatado no capítulo anterior, e os novos cursos foram criados já adequados à lei.

Pouco tempo depois da publicação do Currículo Mínimo, entretanto, a questão do ensino volta a ser debatida nos fóruns do campo do desenho industrial. Em 1975, por exemplo, é grande o número de ocorrências do tema do ensino em simpósios regionais e locais organizados pelas instituições de ensino e pela ABDI. Entre os dias 21 e 23 de julho daquele ano, ocorria em Ouro Preto o “Seminário sobre ensino de desenho industrial e comunicação visual”, organizado pela UFMG e o CETEC — Centro Tecnológico de Minas Gerais. Dentre as três mesas do evento, duas abordaram o tema do ensino, que são “análise dos cursos superiores de desenho industrial” e “preparo do corpo docente” (RESENDE, 1975).

Também no mesmo ano ocorre o “Ciclo de debates sobre desenho industrial” na Faap, nos dias 24 e 25 de novembro. No segundo dia, numa mesa denominada “relacionamento desenho industrial e escola”, Lúcio Grinover palestrou sobre a “situação do ensino no Brasil”, José Abramovich falou sobre “análise de currículo”, e Alessandro Ventura, que esteve no evento em Ouro Preto, tratou da “formação atual do desenhista industrial” (ABDI, 1976). Ainda em 1976 Gustavo Ama-

rante Bomfim iniciava sua pesquisa de mestrado, segundo consta em seu currículo lattes¹.

O tema torna-se uma das pautas principais da categoria no 1º Simpósio Brasileiro de Desenho Industrial, o Design'76, quando se forma um grupo de trabalho dedicado à discussão do ensino.

4.2. Introdução: o ensino se torna pauta

4.2.1. ABDI-RJ e Currículo Mínimo (1976)

O Simpósio Design '76 foi o primeiro evento de proporções nacionais promovido pela ABDI. Realizou-se entre os dias 24 e 26 de maio de 1976, em São Paulo, e contou com vários grupos de trabalho² que trataram de diversos temas da consolidação do campo profissional do desenhista industrial, e também de mesas redondas com falas de Aloísio Magalhães, Alessandro Ventura, Sérgio Kehl, entre outros (ABDI, 1976a).

Um dos efeitos do seminário foi, no Rio de Janeiro, o desejo de criar uma célula regional da ABDI, à qual denominaram ABDI-RJ. Segundo documento anexo à Ata de Reunião da ABDI, de 28 de junho de 1976 – cuja lista de presenças consta de 76 nomes –, foi no Design '76 que se percebeu “[...] a necessidade de se instituírem organismos regionais dentro da ABDI” (ABDI, 1976b).

A formação da ABDI-RJ, segundo London³, resulta de certa “revolta” com a ABDI, cuja sede e presidentes foram, no geral, de São Paulo, enquanto que no Rio de Janeiro havia naquele momento certa “pujança política”, com encontros “com mais de 100 pessoas na Esdi semanalmente” onde se discutia design.

Parte das discussões envolvia também o ensino de desenho industrial, de forma que se constituiu um grupo de trabalho dedicado ao assunto, conforme consta

¹ Cf. BOMFIM, Gustavo Amarante. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7560267111658513>>.

² “Grupos de Trabalhos do Simpósio – Grupo A: Os profissionais e o Desenho Industrial, relator Marco A. A. Rezende, membro diretor da ABDI; Grupo B: O Governo e o Desenho Industrial, relator Itiro Iida, coordenador do Programa de Desenho Industrial da Secretaria de Tecnologia Industrial; Grupo C: O Ensino de Desenho Industrial, relator Lúcio Grinover, Diretor da FAUUSP. Cf. I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENHO INDUSTRIAL. Anais. São Paulo: ABDI/IDORT, 1976.” BRAGA, Marcos da Costa. ABDI e APDINS-RJ. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016, p. 123

³ Entrevista realizada com Valéria London em 30 de junho de 2017.

no documento “Proposta para iniciar a regionalização da ABDI e criar a ABDI/RJ”. Escreveu-se que uma nova proposta de currículo “deveria ser levada ao MEC, conforme ficou estabelecido no simpósio, para seu encaminhamento oficial” (ABDI, 1976c). Assim, embora nos anais do simpósio não conste menção explícita ao Currículo Mínimo, supõe-se que o tema tenha sido abordado pelo referido grupo de trabalho ao longo de suas discussões.

O interesse pela ABDI-RJ na reformulação do Currículo Mínimo de desenho industrial deveu-se à constatação de certas deficiências no ensino de desenho industrial nas escolas brasileiras. Embora estes primeiros documentos não explicitem tal descontentamento, no Informe dos Grupos de Trabalho da ABDI-RJ, de setembro de 1976, avalia-se que

o mau ensino ministrado na faculdade torna-se o primeiro obstáculo ao aluno recém-formado. [...] Recém-formado, o profissional constata o seu despreparo e tenta compensá-lo freqüentando cursos livres ou de pós-graduação. Ele sabe que, apesar de recente, o campo profissional já se apresenta altamente competitivo, e por isso procura aprimorar-se para conseguir melhor qualificação.

Em função dessa e de outras dificuldades, foi constituído o grupo 3 (Ensino), que identificou alguns problemas dos estudantes: Currículo Mínimo do MEC; ambigüidade das disciplinas do currículo, criando nos professores desinteresse em ensinar matérias que propiciam uma enorme defasagem no período de aprendizado. (ABDI-RJ, 1976).

Em Ata de Reunião Geral realizada na Esdi, de 27 de agosto de 1976 – cuja lista de presenças consta de 49 nomes –, Hélio Grossman, membro do grupo de ensino, informou que se descobriu uma proposta de Currículo Mínimo que estava sendo encaminhada pelo MEC. Assim, “o grupo contactou o MEC e propôs seguir o projeto e formar um grupo para estudo do Currículo Mínimo” (ABDI, 1976d). No entanto, ainda segundo Grossman, o grupo de ensino encontrava-se desestruturado e sem coordenador (posto anteriormente ocupado por Sérgio Camardela), e o contato com o MEC não persistiu (ABDI, 1976d).

O grupo se propôs a preparar um questionário a ser enviado às escolas brasileiras para estudantes e professores, para se conhecer “[...] o atual estado do ensino do Desenho Industrial no Brasil” (ABDI, 1976d).

Essa pesquisa foi comentada também no Informe dos Grupos de Trabalho,

boletim informativo identificado como da ABDI-RJ, datado de setembro de 1976. Neste boletim, escreve-se que:

[o Grupo de Trabalho de Ensino] Estuda soluções para a melhoria do ensino de DI/CV no Brasil, através da elaboração de uma proposição de Currículo Mínimo para as escolas, que deverá ser encaminhado pela ABDI ao MEC/DAU . [...] O grupo está estudando as possibilidades de uma pesquisa, e para isso será enviado às escolas de DI de todo o país um questionário no sentido de colher informações sobre a situação das escolas, a qualificação do profissional formado e a adequação às necessidades do mercado. (ABDI-RJ, 1976).

Tal questionário, entretanto, não se concretizou. Na ata da reunião de 29 de setembro de 1976 – cuja lista de presença possui 20 nomes –, refere-se ao grupo dizendo que “fez um projeto talvez mais amplo que suas possibilidades e se dispersou” (ABDI, 1976e). Os demais grupos seguiam seus trabalhos, na tentativa de efetivar a regionalização da ABDI.

No entanto, segundo Braga, “as visões, entre o movimento do Rio de Janeiro e os paulistas, a respeito do perfil Associativo da ABDI, começaram a apresentar diferenças, que influenciariam os destinos da organização profissional dos cariocas” (BRAGA, 2016, p. 132). Além disso, o fato de a ABDI não ter posto em votação o novo estatuto da entidade que incluiria as unidades regionais, levou a articulação carioca a procurar uma alternativa própria. Em uma solução para uma das bandeiras do grupo que discutia a ABDI-RJ, viu-se na pré-sindicalização um possível caminho para a regulamentação profissional– tornar-se-iam sindicatos a partir do momento que tivessem um terço dos profissionais do estado como associados –, caminho não endossado pela diretoria paulista da ABDI, que via no envio de um projeto de regulamentação ao Congresso Nacional o caminho mais simples e rápido que a criação de entidades pré-sindicais (BRAGA, 2016, p. 135).

Assim, no início de 1978, foi iniciado definitivamente o processo que culminaria na Apdins-RJ, oficialmente criada em 15 de junho de 1978, com a presença de 200 pessoas (BRAGA, 2016, p. 151).

4.2.2. Ações iniciais do MEC-DAU

Desde os grupos de trabalho de 1976 até a fundação da Apdins-RJ, houve outras movimentações em torno do Currículo Mínimo.

O grupo de trabalho de ensino da ABDI-RJ já havia constatado em meados de 1976 a existência de uma iniciativa do MEC DAU para a formulação de um novo Currículo Mínimo, no qual tentou intervir solicitando a participação de desenhistas industriais no mesmo. A irregularidade do grupo, entretanto, não forneceu maiores dados sobre os resultados deste pedido, e a que passo estava e/ou continuou o processo no MEC DAU.

O novo registro a respeito deste processo data apenas de 28 de março de 1978, por meio de um telegrama de Ruy Carlos de Camargo Vieira, diretor adjunto do MEC DAU, enviado à diretoria da Esdi. Consta no telegrama:

Departamento assuntos universitários MEC estah procedendo estudos visando possível reformulação Currículo Mínimo curso desenho industrial pt neste sentido solicito vossoria remessa curriculo pleno do curso ministrado sua instituição para exame conjunto comissão de especialistas. (VIEIRA, 1978)

Conforme solicitado, o currículo esdiano é enviado por Carmen Portinho a Vieira em 05 de abril de 1978 (PORTINHO, 1978a).

Assim, o MEC DAU criou uma comissão de especialistas que formulou uma proposta de currículo. A comissão contou com Freddy Van Camp, entre outros membros⁴, que redigiram o Currículo Mínimo em reuniões entre março e abril de 1978 (VAN CAMP, 1978). A proposta foi enviada às faculdades de desenho industrial brasileiras, para que devolvessem ao MEC DAU seus comentários sobre seu conteúdo (VAN CAMP, 1978).

O documento enviado constituía uma definição do que seria “desenho industrial”, e das matérias propostas para o novo Currículo Mínimo. A definição era apresentada com o seguinte texto, citado na íntegra:

O Desenhista Industrial é o profissional ligado ao projeto de produtos industriais atuando nas fases de definição de necessidades, concepção e desenvolvimento do projeto, objetivando a adequação destes às necessidades do usuário e às possibilidades de produção.

Como necessidades do usuário devem ser entendidas não somente aquelas do indivíduo, mas também as do grupo social caracterizado pelos aspectos sócio-econômi-

⁴ Não foram encontradas referências nominais a outros membros, apenas à comissão de forma genérica.

•• Os currículos mínimos de desenho industrial de 1969 e 1986

cos-culturais da região geográfica de atuação do produto.

Como possibilidade de produção devem ser entendidas a adequação às limitações de matérias primas, características do parque industrial, disponibilidade de mão-de-obra, dentro do contexto geo-econômico.

Na sua atuação dentro do projeto do produto relaciona-se como profissionais de outras áreas do conhecimento necessitando portanto de uma formação mais abrangente de modo a dispor de um repertório necessário que o conduza a uma interação produtiva.

As matérias foram incluídas conforme a Tabela 11, com as respectivas ementas.

MATEMÁTICA	FÍSICA	MECÂNICA APLICADA
Cálculo vetorial e geometria analítica	Medidas físicas	Mecânica geral
Cálculo vetorial e integral	Mecânica geral	Mecanismos
Cálculo numérico e computação	Líquidos e gases	Resistência dos materiais
Probabilidade e estatística	Eletricidade	Atividades práticas
	Calor	
	Acústica e ótica	
	Atividades práticas	
COMUNICAÇÃO VISUAL	REPRESENTAÇÃO E EXPRESSÃO BIDIMENSIONAL	REPRESENTAÇÃO E EXPRESSÃO TRIDIMENSIONAL
Metodologia visual	Geometria descritiva	Estudo das técnicas de utilização dos materiais expressivos
Análise gráfica	Desenho artístico	Construção de modelos físicos
Teoria da cor	Fotografia	Atividades Práticas
Atividades práticas	Estudos das técnicas de utilização dos materiais expressivos	
	Atividades práticas	
HISTÓRIA	ECONOMIA	CIÊNCIAS HUMANAS
História das artes	Natureza e método da economia	Sociologia
História da tecnologia e do objeto	Formação industrial do Brasil	Antropologia
História do desenho industrial	Mercadologia	Psicologia
História da industrialização no Brasil	Economia da empresa	Temas jurídicos

ERGONOMIA	FABRICAÇÃO	TEORIA DA INFORMAÇÃO
Sistema homem-máquina	Materiais industriais	Processos de informação
Fisiologia do trabalho	Processos de fabricação	Semiologia
Antropometria e biomecânica	Método de planejamento, controle e custos de produção	
Ambiente do trabalho		
Atividades práticas		
DESENVOLVIMENTO DO PROJETO		
Metodologia do projeto		
Planejamento e acompanhamento		
Execução do projeto		

Tabela 11: Matriz curricular proposta por comissão designada pelo MEC entre março e abril de 1978.

Observa-se que o documento apresenta um currículo bastante focado em matérias técnico-teóricas, e menos em matérias projetivas. Outro dado interessante é que a definição dada pela comissão refere-se exclusivamente ao desenhista industrial enquanto projetista de produtos, e não como programador visual.

Isso se confirma, por exemplo, na descrição da ementa da disciplina de Comunicação Visual, onde lê-se:

Objetivos: Fornecer ao profissional conhecimentos básicos de comunicação visual para o projeto de produtos.

Observações: Matéria que deve ser complementada com atividades práticas de “atelier e oficina”. (ABENGE, 1978).

Não há até o momento conhecimento sobre uma proposta paralela a esta que contemple um curso de comunicação visual com especificidades ou como campo profissional próprio, e nem mesmo há referência a alguma do tipo nos comentários das escolas, o que leva a crer que esta foi a única proposta redigida naquela ocasião.

Ao todo, documentam-se respostas do Instituto Superior de Educação Santa Cecília (TEIXEIRA, 1978), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

– PUC RJ (ANDRADE, 1978), Fauusp (MARICATO, 1978), Esdi (PORTINHO, 1978b), Fuma (SILVA, 1978), Universidade Federal do Maranhão – UFMA (PEDROSA, 1978), sendo que destes, a Fuma apenas confirmou o recebimento do ofício e não enviou comentários sobre seu conteúdo. Naquele momento, havia em torno de quinze escolas com cursos de desenho industrial (BOMFIM, 1978), portanto menos da metade respondeu.

Apresentaremos rapidamente o comentário de cada escola na intenção de esclarecer não apenas o conteúdo da proposta da comissão do MEC, mas também algumas das ideias que circulavam à época sobre o assunto.

4.2.2.1. Considerações do Instituto Superior de Educação Santa Cecília

A resposta do instituto veio em 08 de maio de 1978, assinado pelo então diretor-presidente da instituição Milton Teixeira, que, conforme relata, submeteu o currículo apresentado aos professores do curso de desenho industrial, mantido na Faculdade de Artes Plásticas de Santos.

Os comentários sobre as disciplinas são bastante enxutos, limitando-se em sua maioria a um “OK.,” enquanto noutros sugere-se a inclusão de alguns pontos na ementa das matérias, ou mesmo de uma matéria inteira (“Máquinas, Ferramentas e Dispositivos”). As recomendações de inclusão são:

- Matemática: “Incluir: Geometria plana e espacial Trigonometria”
- Representação e Expressão Bidimensional: “Incluir: Desenho Geométrico Perspectiva”
- Economia: “Incluir: Micro e Macro Economia”
- Ergonomia: “Incluir: Segurança Industrial”
- Teoria da Informação: “Incluir: Fundamentos da Comunicação Humana”

Ressalta-se o fato das sugestões abrangerem apenas as disciplinas básicas, e não específicas de projeto ou metodológicas. O curso de desenho industrial da escola foi criado em 1973, e tem-se poucas informações sobre a mesma. Witter (1985) comenta sobre o instituto:

O Curso de DI recebeu autorização para funcionar em 1972, mas só em março do ano seguinte, efetivamente, entrou em funcionamento. Segue o Regimento Unificado para todas as faculdades da mantenedora.

O Curso de DI da FARPS [Faculdade de Artes Plásticas de Santos, nascida da fusão entre o Instituto Superior de Educação Santa Cecília, e o Centro de Estudos

Unificados Bandeirantes] tem duração de quatro anos, implicando um total de 3.672 horas. Já houve mudança no currículo.

A escola vem se empenhando em aplicar o contato com a realidade através de um laboratório de habilitação de trabalhos feitos junto à população de uma favela em Santos. (WITTER, 1985)

4.2.2.2. Fauusp

Os comentários da Fauusp são assinados pela profa. Ermínia Maricato, e endereçadas ao prof. Lúcio Grinover, e não a Ruy Carlos de Camargo Vieira, como nos os outros casos. O motivo se deve aparentemente ao fato do próprio prof. Grinover, então diretor da faculdade, ter recebido a solicitação de avaliação e então encaminhado ao grupo de professores do departamento de projeto da faculdade.

Maricato inicia seu comentário indicando que “muitas observações foram feitas”, e destaca as mais importantes:

Os itens referentes à Ciências Sociais requerem um melhor desenvolvimento e clareza, dada a importância de aspectos específicos de sociologia e antropologia no estudo ou na elaboração do projeto de Desenho Industrial. Discordamos, ainda, que a ênfase na psicologia deva ser comportamental, mas entendemos que deva ser à psicologia experimental e social.

Os itens referentes à Economia e História também merecem maior detalhamento. Julgamos importante que esses itens tragam especificados a abordagem obrigatória da história da Industrialização enfatizando o modo de produção artesanal, a manufatura e a indústria. A natureza desses diferentes processos produtivos não se limita à tecnologia. É indispensável ainda na(s) disciplina(s) de Economia enfatizar o problema da importação de tecnologia e suas consequências, não só econômicas, mas políticas e culturais.

Nos itens referentes à Teoria do Conhecimento deve constar o estudo do objeto, sistemas e objeto e ambiente. Não são novas as análises que criticam a visão do objeto isolado de um contexto de referência. As abordagens ambientais são interdisciplinares, mas envolvem sem dúvida e profundamente o D.I.

Notamos ainda que o currículo deveria especificar melhor o que deve abranger a(s) disciplina(s) relativa(s) a estudo dos materiais especificados em grupos, bem como sua adequação à realidade sócio-cultural-econômica e ecológica do país. Além disso os itens referentes à Fabricação deveriam abranger os conceitos liga-

dos ao processo Industrial: seriação, normatização, padronização, modulação, linha de montagem, simultaneidade, etc. Além dos conceitos, os principais processos industriais devem ser enumerados. (MARICATO, 1978).

Não fazem, entretanto, qualquer menção nem à definição dada ao campo, nem ao fato de restringir-se o currículo para projeto de produto.

4.2.2.3. Esdi

O comentário da Esdi, por sua vez, inicia-se com uma carta de Carmen Portinho afirmando que “a iniciativa do DAU em promover uma reformulação do Currículo Mínimo para os cursos de Desenho Industrial foi para nós uma surpresa, pois não havíamos sido informados previamente desta intenção” (PORTINHO, 1978), apesar de a própria diretora ter encaminhado anteriormente a Vieira o currículo da Esdi justamente para reavaliação do Currículo Mínimo, conforme telegrama anteriormente comentado (VIEIRA, 1978).

O documento prossegue com três pareceres diferentes, realizados por professores distintos, cada um comentando um trecho da proposta curricular. O primeiro, de Pedro Luiz Pereira de Souza, fez o diagnóstico de que o Currículo Mínimo estaria forçando uma ênfase tecnológica para o design. Prossegue:

Isso justifica-se na medida em que grande parte dos problemas apontados no ensino dessa disciplina sempre ressaltaram uma lacuna nesse setor. Porém não se deve esquecer que a integração das ciências sociais também apresentou sempre o mesmo problema. Um Currículo Mínimo não deve em princípio ser mais ou menos “tecnológico” ou “social”. Não deve ser passível de uma interpretação rígida. Uma escola deve, dentro de sua região e condições econômicas e sociais, poder através dele, formular um plano de ensino adequado às necessidades ditadas por fatores humanos específicos. (SOUZA, 1978).

A crítica do professor continua quanto a conteúdos pouco claros de algumas ementas, tais como Matemática e História da Arte, que evocavam conteúdos de tal forma ambíguos que pouco auxiliavam como ementas.

O parecer seguinte, de Mauricio Robbe de Almeida, da cadeira de Teoria da Fabricação, sugere a mudança de ementa, substituindo os assuntos propostos origi-

nalmente pelos seguintes: Estudo dos Materiais, Máquinas e Equipamentos Industriais, e Processos de Fabricação.

Por fim, o parecer de Nelson Antonio Borges Garcia, professor de Matemática da escola, sugere a inclusão dos conteúdos de Cálculo Vetorial e Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, e Probabilidade e Estatística, criticando por outro lado a inclusão de Cálculo Numérico como conteúdo da matéria, dado que “não se justifica num Curso de Desenho Industrial; não estamos interessados na formação de um Engenheiro Industrial” (GARCIA, 1978).

4.2.2.4. UFMA

O comentário da UFMA, enviado em 19 de junho de 1978, recomenda complementar a matéria de Matemática, incluindo os conteúdos: “conjunto relações, funções, operações fundamentais sobre conjuntos reais, trigonometria, geometria no espaço, geometria analítica”, e também alterações na escrita da ementa da matéria Mecânica Aplicada (PEDROSA, 1978).

4.2.2.5. PUC-RJ

A carta da PUC-RJ possui três partes. Na abertura, faz-se dois comentários gerais: o primeiro envolve a definição inicial do desenhista industrial, que cita certa pré-disposição do profissional a adequar-se ao meio consumidor e produtivo ao qual projetaria, e que, na visão dos professores da PUC-RJ, estaria em conflito com as ementas das disciplinas efetivamente, que dão um foco bastante grande numa indústria avançada tecnologicamente.

Esta postura costuma determinar o encaminhamento do profissional para a indústria do bem de consumo, normalmente melhor aparelhada, afastando-o de uma conduta mais conforme com nossa realidade de país pobre, na qual talvez o próprio artesanato devesse ser considerado como processo de produção legítimo para a execução do projeto em Design. (SCOREL et al., 1978).

O segundo comentário se refere ao peso proporcional dado às matérias teóricas e projetuais. Observam que algumas das matérias localizadas como teóricas deveriam estar sub-agrupadas às matérias de projeto, porque não subsistem autonomamente, mas devem lecionar conteúdos específicos de interesse ao desenhista industrial. Citam como exemplo as matérias de Geometria Analítica, Geometria

Descritiva, entre outras, cujos conteúdos deveriam ser focados nas necessidades do profissional em formação. No entanto, ao invés de alocá-la como uma matéria subordinada a conteúdos de projeto, o currículo proposto a colocava de maneira mais autônoma, não só diminuindo consideravelmente a carga de projeto de seus conteúdos, mas também possibilitando que quadros menos especializados na prática do projeto pudessem assumir disciplinas desse tipo, minimizando o impacto que a disciplina poderia ter para o aluno.

As outras duas partes dão enfoque em matérias específicas – História da Arte e Matemática –, e criticam pontos muito específicos das ementas. Identificam, por exemplo, que se referir à “história das artes” no plural amplia demasiado o conteúdo do que um desenhista industrial deveria tomar conhecimento, e que o termo adequado seria “história da arte”, por referir-se, neste caso, apenas à pintura, escultura, arquitetura, e outras artes aplicadas, além do próprio desenho industrial. Criticam, ainda, a inclusão na ementa de uma história da “evolução da estética”, tema por demais complexo e que seria composto de assuntos como uma “filosofia da arte” ou uma “ciência da arte”, que não caberiam para um Currículo Mínimo de desenho industrial. Sintetizam o argumento dizendo que:

O objetivo primário da história da arte, na nossa opinião, deveria levar os alunos a entender, nas diversas épocas e civilizações, os processos de criação (ou produção) das formas, objetos e mecanismos pelos quais certas formas-piloto são conservadas, alteradas e enfim substituídas por outras, isso tudo principalmente através da leitura das formas-objeto do ponto de vista da tecnologia, do conteúdo semântico (significado) e da função sócio-cultural. (SCOREL, et al, 1978).

Pouco tempo depois de recebidos os pareceres, em 6 de setembro de 1978, o MEC DAU convocou as escolas a participar do Seminário “Desenho Industrial e Ensino”, conforme relata-se a seguir (ABENGE, 1978a).

4.3. A fundação da ApdinsRJ e seu foco no CM

Por volta do mesmo período em que as escolas remetiam seus comentários ao MEC DAU, a recém-inaugurada Apdins-RJ procurou se aproximar ainda mais dos diálogos sobre o Currículo Mínimo.

Em correspondência de 29 de junho de 1978, em papel timbrado da associação à diretora da Esdi, Carmen Portinho, e assinada pela presidente Valéria Lon-

don, a associação mostrava ter ciência das tramitações do novo Currículo Mínimo que aconteciam naquele momento, e indica o interesse de “[...] formarmos uma comissão integrada por estudantes e professores das escolas de

D.I. do Rio e membros da associação, a fim de que seja emitido um parecer sobre o currículo em análise e posteriormente enviado ao MEC como subsídio” (APDINS-RJ, 1978), convidando ainda para uma reunião marcada para 6 de julho, na PUC-RJ.

Em outra carta também de 29 de junho de 1978, sem remetente específico – aparentemente endereçada a todo um grupo de interessados na Apdins-RJ, como primeiro contato da associação com esses –, a associação informa sua constituição, interesses e propostas. É interessante observar que o ponto de maior destaque da correspondência é justamente o tema do Currículo Mínimo, contendo o mesmo texto enviado aos diretores das escolas, anunciando a mesma reunião. Também é interessante que a associação compreendesse o tema do ensino como inerentemente associado à realidade profissional do campo, e que investisse tamanha atenção nisso desde suas primeiras comunicações.

Embora não se tenha encontrado documento referindo-se diretamente a esta reunião de 6 de julho de 1978, no Boletim Informativo da Apdins-RJ de setembro de 1978, dedica-se meia página para informativos a respeito das discussões sobre o Currículo Mínimo, que expõe de maneira ainda mais clara o interesse da associação no ensino de desenho industrial. Até este momento, as reuniões da Apdins-RJ para o Currículo Mínimo propunham-se como iniciativa autônoma de submeter algo ao MEC para ser avaliado, pois o convite ao Seminário “Desenho Industrial e Ensino” ainda não havia sido feito. Segundo o informativo:

É no dia-a-dia da “prancheta” que o profissional percebe o que não aprendeu.

E é esse profissional formado quem deve realizar projetos da área de desenho de produto e programação visual.

É grande o tempo que se perde na reciclagem autodidata para resolver projetos de maior complexidade.

[...] existem possibilidades concretas de, a partir da análise conjuntural do ensino, atuarmos sobre a realidade de nossa área. Dentro do processo de formação profissional é reservado um papel muito importante ao currículo adotado pelas escolas.

O Currículo Mínimo das faculdades de DI está sendo analisado pelo MEC-DAU (Departamento de Assuntos Universitários do MEC) visando uma refor-

mulação.

Este documento foi enviado às escolas para que fosse emitido um parecer.

Achamos que este assunto deve ser discutido pelos maiores interessados: os estudantes, os profissionais e os professores de DI (APDINS-RJ, 1978a)

O informativo faz, então, referência ao Currículo Mínimo de arquitetura, cuja proposta pela Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU, estipulava a inclusão de disciplinas de desenho industrial e comunicação visual em todos os cursos de arquitetura do país. E prossegue:

A questão não é ensinar DI e CV para arquitetos, mas sim capacitá-los legalmente para a prática, de forma precária, da atividade.

Além de, evidentemente, causar problemas ainda maiores ao nosso já limitado mercado de trabalho

Não são os arquitetos como um todo que defendem esta posição. Trata-se de uma minoria que, a partir de uma visão generalizante da arquitetura, arroga a si o direito de englobar dentro desta área todos os conhecimentos que lhe parecem pertinentes. (APDINS-RJ, 1978a).

Desde 1976 a CEAU procurava junto ao MEC DAU a reavaliação do Currículo Mínimo de arquitetura. No ano de 1977, com a Carta de Ouro Preto, houve uma tentativa ampla da categoria docente de arquitetos, por via de uma proposta de Currículo Mínimo, que se mudasse tal quadro (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 84-85). Ao final, em 1984, o MEC DAU recusou a proposta dessa comissão.

Em 1977, ano em que aconteciam as discussões dos arquitetos, a polêmica com os desenhistas industriais em torno do assunto já havia se manifestado em uma mesa redonda da Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura – ABEA, no Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-RJ, que contou com a presença de Valéria London na mesa de debates (BRAGA, 2016, p. 164-165). London (1977) inicia sua fala evocando o interesse das atividades de atuarem sobre o ambiente em diferentes escalas, em prol do bem estar social. Apresentando, assim, esse ponto de comunhão entre as áreas, parte a diferenciá-los no nível da prática profissional. Nos termos da própria designer:

A situação de mercado de trabalho nas duas áreas é bastante crítica. A absorção da mão de obra pelo mercado está longe de equivaler ao necessário, levando-se em conta que hoje existem 23 escolas formando desenhistas industriais e cerca de trinta e poucas formando arquitetos. As distorções impostas por este mercado levam as categorias profissionais que possuem interfaces a atuarem de forma superposicionada. A briga de foice pela sobrevivência faz com que antagonismos se criem entre estas categorias, camuflando o real inimigo do exercício profissional denso e coerente. Enquanto brigamos entre nós, o sistema continua forçando o exercício precário das atividades, resolvendo problemas das classes dominantes para as classes dominantes.

[...] Neste caso se enquadra a recente discussão a respeito da proposta da CEAU para o novo Currículo Mínimo das escolas de arquitetura e urbanismo do país, assim como a experiência da FAUUSP, englobando dentro da arquitetura o desenho industrial a nível de formação, propiciando o exercício legal de uma outra profissão.

Por este caminho não se soma, se divide, fazendo-nos perder de vistas os objetivos maiores a que nos propomos.

A discussão dentro de cada setor profissional, procurando objetivar os seus caminhos, e entre os diversos setores é fundamental. Ou buscamos soluções políticas, maduras e solidárias ou continuaremos por muito tempo propugnando pelo exercício pequeno, confuso e auto-destruído das nossas atividades. (LONDON, 1977).

O assunto chegou mesmo a ser matéria de capa do Jornal do Brasil de 9 de outubro de 1978, sob a manchete “Arquitetos X Desenhistas Industriais – Ser ou não ser continua sendo a questão”, que ouviu tanto designers (Ana Luisa Escorel, Valéria London, José Abramovitz) quanto arquitetos (Alfredo Britto, Paulo Conde).

Este impasse iniciado pelas instituições de arquitetura – dado que, ao menos no Rio de Janeiro, a grande maioria de docentes e estudantes da cidade carioca não aprovaram tais propostas (BRAGA, 2016, p. 164) – pode ser outro dos motivos que levaram a Apdins-RJ a se empenhar sobremaneira no assunto do ensino.

Observamos que a ABDI não dedicou a mesma atenção que a ABDI-RJ/ Apdins-RJ às discussões sobre o tema do Currículo Mínimo neste período de 1976 a 1978. A gestão de 1976/1978, segundo Braga (2016, p. 130), foi presidida por Marco Antônio Amaral Rezende, que seguiu com ênfase em seu programa de pro-

moção do desenho industrial, com ações como o seminário e exposição “Panorama da Identidade Visual”, realizado no Masp em 1977, e com a exposição de trabalhos de diversos escritórios brasileiros (BRAGA, 2016, p. 133). Também se destaca a parceria com a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, para o programa “Selo de Boa Forma”, que “[...] seria uma distinção conferida anualmente pelo Governo do Estado de São Paulo para os produtos lançados durante o ano” e que se destacassem formalmente (BRAGA, 2016, p. 134). Ainda um terceiro ponto foi o anteprojeto de regulamentação elaborado nessa gestão, e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Deputado Athiê Coury (PDS-SP) ainda antes do 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial – 1º ENDI, quando esse assunto seria pauta (BRAGA, 2016, p. 141).

Mas, ao final, as questões do ensino e Currículo Mínimo não transpareceram como pauta de quaisquer ações dessa associação neste período. Isso fica patente também na ausência institucional da ABDI no Seminário “Desenho Industrial e Ensino” de 1978, que não foi mencionada no documento final publicado com as conclusões do evento, diferentemente da Apdins-RJ que empenha esforços nas discussões pré-evento e é citada nominalmente.

4.4. Seminário “Desenho Industrial e Ensino” (25–26/Set/1978)

O Seminário “Desenho Industrial e Ensino” foi encomendado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC – SESU/MEC, na sequência dos estudos que o MEC DAU vinha empreendendo para a reformulação do Currículo Mínimo de desenho industrial.

O seminário aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro de 1978, nas dependências da Fauusp, na Cidade Universitária, promovido pela Abenge. Os convites para o seminário foram enviados no início de setembro em papel timbrado da associação de ensino de engenharia.

A chamada ao evento o identifica como “[...] destinado a elaborar documentos básicos, que possam ser distribuídos a entidades que ministram esse tipo de ensino [de desenho industrial]” (ABENGE, 1978a). Em anexo à carta de convite, foram enviados “[...] além do programa, o temário e documentos relativos ao seminário, para serem apreciados” (ABENGE, 1978a). A referida carta foi encontrada no arquivo de documentos da Esdi, numa pasta destinada ao evento, na gaveta de 1978. Assim, intui-se que os demais documentos lá encontrados em papel timbrado da Abenge sejam justamente os referidos anexos da carta. Se for realmente o caso, tais

documentos se constituíram dos comentários feitos pelas escolas entre abril e junho 1978 para a proposta de Currículo Mínimo redigida pela comissão de especialistas em abril do mesmo ano.

4.4.1. Os papéis da ABENGE e a FAU USP no seminário

Não está completamente claro o papel desempenhado pela Abenge e pela Fauusp no seminário, ou quais as razões que levaram ambas entidades a organizar o evento. Moraes associa tais escolhas às pessoas envolvidas em cada uma das entidades. Lúcio Grinover era diretor da Fauusp naquele momento⁵, enquanto Itiro Iida era ligado à Abenge (MORAES, 2003). O próprio Ruy Carlos de Camargo Vieira – então Diretor Adjunto do MEC DAU e remetente de várias correspondências e comunicados referentes ao processo de reformulação do Currículo Mínimo, que se tornaria no ano seguinte, em 1979, vice-presidente da Abenge – pode ter, portanto, viabilizado que a associação promovesse o evento.

No entanto, a notícia de uma associação de engenharia e uma escola de arquitetura – apesar de seu histórico – estarem recebendo e organizando um evento que lidava com o ensino de desenho industrial e a reconfiguração de seu Currículo Mínimo não foi bem recebida por toda a categoria dos desenhistas industriais.

Freddy Van Camp foi ao menos um dos que se manifestou sobre o ocorrido. Em carta enviada a Ruy Carlos Vieira⁶ (VAN CAMP, 1978) o designer coloca:

Fomos surpreendidos esta semana por um convite da ABENGE Associação Brasileira do Ensino de Engenharia, para uma reunião nos dias 25 e 26 do corrente, a realizar-se na FAU

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, para discussão entre outros pontos do Currículo Mínimo de desenho industrial.

[...] A nossa surpresa se deve as condições de que cercam esta convocação, a saber:

⁵ Parte dos documentos do evento foi também encontrada no acervo deixado por Grinover na biblioteca da Fauusp quando de sua aposentadoria. Em entrevista em 2016, entretanto, Grinover não se recorda de ter participado do evento, ou de ter se envolvido em discussões de revisão do Currículo Mínimo de desenho industrial. Contudo, a presença de tais documentos em seu acervo sem que o próprio Grinover tenha participado do evento são um indício de que foi a pessoa de Grinover na direção da Fauusp que viabilizou o evento na faculdade.

⁶ Van Camp também encaminhou a Carmen Portinho uma cópia da carta, segundo nota do próprio, VAN CAMP, Freddy. [Carta] Rio de Janeiro, 21 set. 1978, [para] VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. Brasília. 2 f.

- Os currículos mínimos de desenho industrial de 1969 e 1986

- 1) *O local da reunião é uma escola de arquitetura. Apesar [sic] de ter tudo uma importância histórica na implantação do desenho industrial no país, esta escola não forma desenhistas industriais ou programadores visuais, não sendo portanto diretamente interessada no referido Currículo Mínimo. O desinteresse desta escola ficou ainda mais evidente quando seu representante junto ao grupo acima referido, praticamente não participou ou contribuiu aos trabalhos de elaboração desta proposta, apesar de ter sido convocado para tal e de estar em Brasília na ocasião.*
- 2) *O patrocínio é de uma associação que tem haver com o ensino de engenharia e cujo interesse ou ligação com o ensino de DI nos era inteiramente desconhecido até o presente momento (VAN CAMP, 1978).*

João Bezerra de Menezes, em entrevista em 2016, também se recordava do estranhamento que tanto o local quanto o patrocinador do evento tinham causado aos desenhistas industriais (MENEZES, 2016)

4.4.2. A Apdins-RJ no Seminário

Independentemente dessa polêmica, a associação carioca preparou em reuniões anteriores ao evento um documento que foi apresentado no seminário, contendo algumas impressões, sugestões e opiniões aprovadas pelas entidades cariocas ligadas ao desenho industrial, mais especificamente a própria Apdins-RJ, a PUC-RJ, a Esdi e a Escola de Belas Artes da UFRJ.

Nesse documento há uma longa introdução a respeito de como o desenho industrial vinha encontrando dificuldades de transformar em realidade todo seu potencial de atuação profissional no mercado de trabalho. Entre algumas sugestões, tais como políticas públicas do estado para desenvolvimento de uma indústria nacional que absorva o design, sugere-se também a criação de uma cultura de pesquisa e estudo do desenho industrial no Brasil.

Para isso, entretanto, era necessário esclarecer ao próprio MEC o que seria o desenho industrial. Nas palavras redigidas no documento:

Poderíamos dizer, sem pretendermos propriamente definir o campo, que “Desenho Industrial é uma técnica, ou um conjunto de técnicas, que se ocupam do projeto, do desenvolvimento e da implantação de produtos industrializados”.

Partindo desta colocação, identificamos neste conjunto de técnicas duas especialidades básicas [...]. Estas especialidades, o Desenho de Produto e a Programação

Visual, pressupõe uma única postura metodológica, digamos assim, que se aplica à solução de problemas diferentes, situados em áreas diversas.

[...] Portanto, [...] para nós, duas especialidades de uma mesma disciplina, o Desenho Industrial, assim como Engenharia Eletrônica e Engenharia Civil também são especialidades da Engenharia.

Isto posto, não nos parece adequada a decisão de elaborar separadamente um Currículo Mínimo para Desenho de Produto e outro para Programação Visual. (APDINSRJ, 1978).

Esse comentário suscita dois pontos: o primeiro é o desacordo com a proposta curricular previamente elaborada em abril de 1978, apesar de haver membros cariocas no grupo, como o próprio Freddy Van Camp; o segundo é o comentário sobre a formulação de currículos separados, que levanta a dúvida se o currículo de Desenho de Produto foi realmente o único projetado naquele período, ou se houve um outro currículo para Programação Visual, o qual não foi localizado na presente pesquisa.

Prosseguindo na análise do texto da Apdins-RJ, após as justificativas metodológicas, alinham-se os aspectos mercadológicos para justificar o alinhamento entre Desenho do Produto e Programação Visual: o quadro econômico nacional não estaria pronto para absorver profissionais fortemente especializados. Pelo contrário, uma formação generalista estaria mais adequada à realidade do mercado brasileiro.

Ainda apoiados sobre o argumento da realidade econômica e de mercado, discordam da tônica tecnológica do currículo anteriormente apresentado pelo MEC às escolas. O documento afirma que, num país onde “[...] coexistem tecnologias tão díspares entre si quanto a do cordel e a do computador [...]”, seria mais acertado aparelhar os alunos para atuarem dentro de contextos tecnológicos já existentes, além da criação e capacitação em novas tecnologias para nossa realidade. Assim, deveria torná-los aptos: “[...] tanto para projetar no âmbito de tecnologias muito complexas, quanto no âmbito de tecnologias rudimentares, já que esta heterogeneidade caracteriza a realidade do país e portanto do mercado no qual atuarão profissionalmente” (APDINS-RJ, 1978).

Comenta-se ainda sobre a composição das matérias do currículo quanto à proporção projeto-teoria: “[...] gostaríamos de observar ainda que num curso de Desenho Industrial todas as informações devem convergir para a área de Projeto,

que é o meio de expressão do Desenhista Industrial” (APDINS-RJ, 1987), da mesma maneira que a PUC-RJ apontara nos comentários institucionais para a proposta de abril de 1978.

Recomendaram ao final do documento a criação da Comissão de Ensino de Desenho Industrial, que melhor daria conta das discussões para as propostas de um novo currículo e de diretrizes educacionais ao campo.

4.4.3. Sobre o Seminário “Desenho Industrial e Ensino”

O seminário se propunha a discutir três temas principais: a. “Mercado de Trabalho - Situação e Perspectivas”; b. “Currículo Mínimo”; e c. “Interferência das Multi-nacionais”. Cada um dos temas continha um texto destinado a introduzir as questões, sobre o qual o grupo de trabalho deveria discutir e levar suas considerações ao plenário (ABENGE, 1978a).

No programa inicial do evento já estava prevista a criação de uma comissão que se debruçaria sobre o assunto do ensino durante os meses seguintes, quando deveria se reportar à comunidade de designers em um novo seminário similar àquele.

O dia 25 de setembro seria dedicado às discussões de “Mercado de Trabalho”, enquanto o dia 26 às questões das multinacionais e também do Currículo Mínimo. No entanto, por conta de um problema de agenda do prof. Ruy Carlos Camargo Vieira, que no dia seguinte não poderia comparecer ao seminário, antecipou-se a discussão do Currículo Mínimo para o primeiro dia. Ao final, o seminário contou com a presença de 47 pessoas (ABENGE, 1978b).

A discussão determinou algumas diretrizes ao grupo de trabalho que se formaria. Foram levantados dezesseis nomes que poderiam constar na comissão, dentre os quais foram escolhidos dez (não encontramos documento com os demais nomes):

- Ary Antonio da Rocha UFRN (Natal, RN)
- Sérgio D’Oliveira Casa Nova FDI (Mauá, SP)
- Valéria Munk London Apdins-RJ (Rio de Janeiro, RJ)
- José Abramovitz MIC/STI (Rio de Janeiro, RJ)
- João Bezerra de Menezes Coppe/UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)
- Freddy Van Camp Esdi (Rio de Janeiro, RJ)
- Gustavo Amarante Bomfim UFPB (Campina Grande, PB)

- Luiz Blank MIC/STI/FAU-USP⁷ (RJ/SP)
- José Carlos Bornancini UFRS (Porto Alegre, RS)
- Olício Carlos Pelosi FEB (Bauru, SP)

Segundo Menezes (2016), as sugestões dos nomes partiram da própria plenária, incluindo tanto pessoas que estivessem presentes quanto nomes ausentes, mas de interesse claro ao grupo.

Observa-se a presença proporcionalmente grande de cariocas no grupo recomendado – inclusive, seis dos dez membros eram formados pela Esdi –, bem como um representante nominal da Apdins-RJ em contraposição à ausência de representante nominal da ABDI. A própria Apdins-RJ no informativo de setembro comemoraria seu papel no evento: “A APDINS-RJ presidiu a mesa nos dois dias e podemos dizer que tivemos, na prática, um referendo ao trabalho que vimos desenvolvendo” (APDINS-RJ, 1978a).

Outro ponto de aparente sucesso da associação refere-se ao documento anteriormente referido (APDINS-RJ, 1978), dado que vários de seus comentários terminaram reverberando nas diretrizes para um grupo de trabalho decorrente do evento.

Há também no grupo a presença de instituições não ligadas ao ensino, como o Ministério da Indústria e Comércio Secretaria de Tecnologia Industrial – MIC/STI, representadas por Luiz Blank e José Abramovitz. Não fica explicitada no documento a razão dessa presença, mas pode-se especular algumas possibilidades. Uma delas seria uma maneira de trazer um olhar externo às instituições de ensino, algo mais ligado ao mercado e à indústria, influenciando para uma melhor adequação do ensino à realidade industrial nacional. Ressalta-se, entretanto, que tanto Blank quanto Abramovitz também faziam parte da Apdins-RJ e, como se apresentará a seguir, dialogavam e trabalhavam como um grupo único carioca para as reuniões da comissão em Brasília.

4.4.4. Conclusões e recomendações do Seminário

O seminário definiu uma série de diretrizes normativas para o grupo de trabalho, que deveriam guiar suas discussões e propostas de currículo nos meses seguintes, limitando assim a autonomia do grupo para atuar dentro de um escopo

⁷ Identifica-se como FAU-USP ao lado do nome de Blank pois ele lecionava na pós-graduação da instituição naquele ano.

decidido em plenária no seminário. As diretrizes foram (ABENGE, 1978):

1. Delimitação do campo do Desenho Industrial: “Desenho Industrial é um campo específico de conhecimento e atividade profissional, independente de outras áreas projetuais como Arquitetura, Engenharia, Artes e outras”

2. Quanto à divisão de áreas: “Haverá um único Curso de Graduação em Desenho Industrial, que se desdobrará em duas habilitações distintas:

- Desenho de Produto
- Programação Visual

As escolas de desenho industrial poderão oferecer apenas uma ou ambas habilitações”

3. Sobre a divisão no currículo: “Deverá ser organizado um Currículo Mínimo que tenha um núcleo básico comum e que permita opção para uma das duas modalidades”

O resumo do evento também detalha melhor algumas das características do profissional a ser formado por esse novo currículo em discussão:

O desenhista industrial (desenhista de produto e programador visual) necessita de uma formação profissional fundamentalmente tecnológica, dado que é através da tecnologia que o produto de seu trabalho será incorporado à realidade social. Por outro lado, pergunta-se: Que tipo de tecnologia deve ser adotada, quanto ao nível e porte? É uma questão que cabe ao desenhista industrial analisar e propor. Nesse momento não é suficiente uma formação estritamente técnica. Há que se evitar a alienação tecnocrática. A análise, bem como a decisão, deverão ser embasadas em fatores outros, tais como: as características do sistema produtivo, as características sócio-econômicas e culturais da região e do país como um todo, a disponibilidade de materiais e de mão de obra, visando, com a solução do problema posto, o atendimento às reais necessidades e exigências do homem brasileiro.

Assim, a formação do desenhista industrial deverá [s]e dirigir para o conhecimento básico na área tecnológica e buscar ainda suporte teórico e prático em matérias e disciplinas em outras áreas do conhecimento nas ciências humanas, sociais e políticas, e ainda nas artes em geral. (COMISSÃO DO SEMINÁRIO “DESENHO INDUSTRIAL E ENSINO”, 1978).

Os demais assuntos discutidos no seminário possuem alguma menção no

documento final, mas não há detalhes sobre que tipo de prosseguimento se daria a eles.

4.5. Comissão Especial de Desenho Industrial

4.5.1. *Membros da Comissão*

Em entrevista, Valéria London afirmou que a composição da Comissão Especial de Desenho Industrial deu-se para que houvesse abrangente representação das escolas, onde cada membro deveria levar as considerações de discussões do grupo de Brasília para as respectivas instituições e grupos docente e discente, e trazer na reunião seguinte as ideias que emergissem destes debates. Assim, haveria maior representatividade de um espectro mais amplo da categoria dos desenhistas industriais, em vez de unicamente opiniões dos participantes dos grupos. Os dez escolhidos foram:

Ary Antonio da Rocha graduou-se arquiteto pela Fauusp, e representava na comissão a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de Natal. Ary Rocha atuou ao longo de sua carreira tanto no desenvolvimento de projetos de produto quanto projetos gráficos, e ganhou notoriedade no design automobilístico com o carro Aruanda, desenvolvido enquanto estudante da Fauusp, vencendo o prêmio Lucio Meira no ano de 1964.

Sérgio D'Oliveira Casa Nova representava a Faculdade de Mauá, de São Paulo. Foi coordenador do curso de desenho industrial da instituição no período. Designer de produto, atuava também naquele momento na Trol S/A como designer de produtos para o universo doméstico e brinquedos.

Valéria Munk London graduou-se desenhista industrial pela Esdi em 1976. Foi a primeira presidente da Apdins-RJ, associação a qual representava na comissão. A designer possui atuação especializada em design gráfico, de ambientes e de embalagens. No momento da comissão, Valéria militava no Rio de Janeiro pela maior profissionalização do desenhista industrial e reconhecimento social da profissão.

José Abramovitz formou-se desenhista industrial pela Esdi em 1972 e realizou especialização em ergonomia até 1975, orientado por Itiro Iida. No grupo, representava o MIC/ STI, e fez parte também do Instituto Nacional de Tecnologia – INT, do Rio de Janeiro, além de membro fundador da Apdins-RJ.

João Bezerra de Menezes graduou-se desenhista industrial pela Esdi em 1969 e fez mestrado em engenharia de produção com foco em ergonomia pela UFRJ no ano de 1976, pela Coppe-RJ, orientado por Itiro Iida. Atuou em projetos de produto de diversas escalas, entre os quais destaca-se o projeto dos trens do metrô de São Paulo da linha azul. Ao longo dos anos, lecionaria na Esdi e na Fauusp, onde também realizou doutorado no ano de 1989.

Freddy Van Camp formou-se desenhista industrial pela Esdi em 1968, e representava a Esdi na comissão, onde lecionava desde 1974. Designer de produto, possui grande atuação no projeto de mobiliários, e naquele momento já havia trabalhado no departamento de design da Consul até 1970, quando realizou o master of arts na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos.

Gustavo Amarante Bomfim graduou-se desenhista industrial pela Esdi em 1975 e concluiu seu mestrado pela Coppe-RJ em 1978, que gerou uma proposta de Currículo Mínimo para cursos de projeto de produto. Naquele momento, era professor do curso de desenho industrial de Campina Grande, Paraíba.

Luiz Blank graduou-se desenhista industrial pela Esdi. Coursou mestrado na Coppe-UFRJ sob orientação de Itiro Iida nos anos 1970, e constituiu o grupo inicial de designers da divisão de desenho industrial do INT no Rio de Janeiro. No período de atuação da comissão, lecionava na pós-graduação da Fauusp.

José Carlos Bornancini formou-se engenheiro civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1946, e em 1963 iniciou sua parceria com Nelson Petzold, ambos no corpo docente da UFRGS, escola que representava na comissão de ensino. Bornancini desenvolveu uma grande quantidade de produtos industriais, alguns dos quais o tornariam internacionalmente conhecido, além de alguns projetos gráficos ao longo de sua carreira.

Olício Carlos Pelosi graduou-se em Desenho e Plástica pela Fundação Educacional de Bauru, em 1971 – instituição que representava na comissão –, curso que depois se tornaria a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, que abrigaria o curso de desenho industrial em 1976. Realizou mestrado em design gráfico pela Universidade de Iowa, em 1975, e é especialista em design gráfico e fotografia.

O perfil majoritário do grupo é de designers de produto, formados, também em sua maioria, pela Esdi. A ABDI não possuía membro no grupo, enquanto a Apdins-RJ tinha em Valéria London sua representante nominal.

Outro ponto interessante é que, daqueles que possuíam mestrado, três

vinham da pós-graduação da Engenharia de Produção da Coppe.

4.5.2. *Propósitos, debates e cronograma*

Com as diretrizes tiradas do seminário, a Comissão Especial de Desenho Industrial teve um período de alguns meses para suas reuniões, realizando a primeira já em outubro de 1979, nos dias 23 e 24, em Brasília.

Ao menos dois documentos foram levados para discussão nesta primeira reunião. Um do grupo de membros cariocas, José Abramovitz, Valéria London, Luiz Blank, João Bezerra de Menezes e Freddy Van Camp (ABRAMOVITZ et al., 1978) – identificam-se na capa do documento como Grupo de Trabalho no Rio; e outro, um resumo das conclusões e propostas do mestrado de Gustavo Amarante Bomfim (BOMFIM, 1978).

O documento do grupo carioca detalha aspectos da participação discente e docente de debates sobre os resultados do seminário, que foram apresentados nas escolas. Defendendo que “[...] é fundamental que a discussão sobre o ensino e Currículo Mínimo se desenvolva de baixo para cima”, elegeram-se dois representantes de alunos e dois de professores em cada escola do estado, os quais participariam das reuniões locais do grupo de trabalho (ABRAMOVITZ et al., 1978). A Apdins-RJ centralizava as comunicações, agendamentos de reuniões e a redação das atas, tanto das reuniões gerais dos grupos, quanto das reuniões individuais de cada escola.

Em anexo ao documento encontravam-se duas propostas de currículo: uma redigida por Joaquim Redig (**Figura 2**), e outra que, apesar de não identificada visualmente, atribui-se à EBA/UFRJ⁸.

No outro documento apresentado por Bomfim há uma contextualização introdutória do desenho industrial brasileiro, e defesa da função social do profissional perante a realidade nacional. Bomfim coloca:

[...] identificamos, apesar da pouca expressividade, duas correntes distintas na atuação do desenhista industrial em contraste com as necessidades da população. A primeira delas se refere à versão culturalista do desenho industrial como ativi-

⁸ Atribui-se à EBA pois, conforme relatado sobre as reuniões do grupo nesta escola, esta ficou de fornecer ao grupo todo material elaborado durante a reformulação de seu curso, próximo daquele período.

- Os currículos mínimos de desenho industrial de 1969 e 1986

dade a serviço da “humanização da técnica”. Essa linha de pensamento predomina nos países desenvolvidos e atribui ao desenhista industrial a função de educar consumidores e fabricantes, através de produtos previamente selecionados pelas suas qualidades formais. Para os adeptos dessa corrente são importantes os concursos da “Boa Forma” [...].

A segunda tendência na prática do desenho industrial [...] está ligada ao campo da inovação tecnológica. Neste caso o problema básico não se refere às qualidades formais do produto, mas à capacidade deste em atender às carências de uma determinada população. Essa iniciativa encontra sérios problemas na adequação de produtos e necessidades, uma vez que essas são superiores aos recursos tecnológicos, econômicos e políticos disponíveis. Soma-se a isso a influência dominante dos modelos estrangeiros. (BOMFIM, 1978).

O currículo proposto por Bomfim incluía algumas matérias básicas, que seriam compartilhadas entre as habilitações de comunicação visual e desenho do produto, e outras específicas a desenho de produto (BOMFIM, 1978).

Valéria London recorda-se de terem acontecido ao todo cerca de dez reuniões, todas em Brasília, nas quais todos os membros estavam presentes e dedicavam dois dias às discussões e definições, após as quais retornavam para debater com os respectivos grupos.

Anexo 2

Joaquim Redig (021) 266 6301 266 7876
Designer PVD
Rua Mena Barreto 137
20 000 Rio de Janeiro RJ
Brasil

ROTEIRO BÁSICO PARA ESTUDO DE CURRÍCULO
PARA UM CURSO DE DESIGN : DESENHO INDUSTRIAL DI
: COMUNICAÇÃO VISUAL CV

CURSOS	MATÉRIAS	NATUREZA (*)			
		ANOS	1	2	3
CV	PROJETO CV (MÉTODOS E DESENVOLVIMENTO)	2	3	4	
CV	DESENHO DE REPRESENTAÇÃO CV (LAYOUT)	2..			
CV	DESENHO DE PRODUÇÃO CV (ARTEFINAL)	23.			
CV	GRÁFICA (IMPRESSÃO)	23.			
CV	FOTOGRAFIA CV	23.			
CV	TIPOGRAFIA (DESENHO E TÉCNICAS)	123.			
CV	IMAGENS SEQUENCIADAS (AUDIOVISUAL, CINEMA, TV)	1234			
CV	Materiais e Processos CV	23.			
CV	Teoria da Percepção CV	2..			
CV	Teoria da Informação	2..			
CV	Ergonomia CV	1			
CV DI	PROJETO BÁSICO (MÉT. E DESENV. BI/TRIDIMENSION.) ..	1			
CV DI	DESENHO BÁSICO DE REPRESENTAÇÃO	1			
CV DI	DESENHO BÁSICO DE PRODUÇÃO	1			
CV DI	OFICINA BÁSICA (PRODUÇÃO BI/TRIDIMENSIONAL)	1			
CV DI	FOTOGRAFIA BÁSICA	1			
CV DI	História (da Tecnologia, Arte e Design)	1234			
CV DI	Industrialização e Sociedade	12			
CV DI	Antropologia/Sociologia	123.			
CV DI	Teoria da Percepção	1			
CV DI	Teoria da Informação	1			
CV DI	Semiologia	1..			
CV DI	Geometria	1..			
CV DI	Ergonomia	1			
CV DI	Economia	12.			
CV DI	Ecologia	12.			
CV DI	Técnicas de Pesquisa	1.			
CV DI	Expressão Verbal	12..			
DI	PROJETO DI (MÉTODOS E DESENVOLVIMENTO)	234			
DI	DESENHO DE REPRESENTAÇÃO DI (DESENHO VISUAL)	2..			
DI	DESENHO DE PRODUÇÃO DI (DESENHO TÉCNICO)	23.			
DI	OFICINA METAL	23.			
DI	OFICINA MADEIRA	23.			
DI	OFICINA MASSA (GESSO, PLÁSTICO, ETC.)	23.			
DI	FOTOGRAFIA DI	2..			
DI	Materiais e Processos DI	1234			
DI	Teoria da Percepção DI	2..			
DI	Ergonomia DI	23.			
DI	Matemática	1..			
DI	Física	12..			

(*) NATUREZA: MATÉRIA PRÁTICA (EM MAIÚSCULAS):
Aquele cujo resultado é o Projeto, ou parte dele,
ou ainda qualquer de suas Técnicas de produção.
Materia de Estudo (Em Minúsculas):
Aquele cujo resultado é um Estudo de interesse
do Projeto.

Figura 2: Roteiro básico para estudo de currículo. Fonte: REDIG, 1978.

Não há documento oficial que forneça dados sobre todas essas reuniões, mas há um documento incompleto, com assinatura apenas de Freddy Van Camp, que fornece algumas das datas que teriam sido ao menos especuladas (VAN CAMP, 1979). Seriam:

- 05 e 06 de março de 1979 (reunião em Brasília) plano de capacitação de docentes; bibliografia e equipamentos para escolas de desenho industrial;
- 15 de abril data limite para envio ao MEC DAU as apreciações das escolas sobre a proposta de Currículo Mínimo elaborada pela comissão;
- 26 e 27 de abril (reunião em Brasília) avaliação dos comentários e propostas enviados pelas escolas; plano de capacitação de docentes; preparação do encontro nacional para aprovação final do Currículo Mínimo;
- 23 e 25 de maio realização do encontro nacional no rio de janeiro (futuramente o 1º ENDI);
- 11 e 12 de junho (reunião em Brasília) discussão final sobre o Currículo Mínimo para ser enviado ao conselho federal de educação; discussão sobre implantação do currículo; plano de capacitação de docentes;
- 01 e 02 de outubro (reunião em Brasília) plano de capacitação de docentes; implantação do plano de capacitação de docentes;
- 03 e 04 de dezembro (reunião em Brasília) implantação do plano de capacitação de docentes.

A pauta da capacitação de docentes foi mais recorrente que aquela reservada aos dias de discussão do próprio Currículo Mínimo. Posição em concordância com o depoimento de João Bezerra de Menezes de que havia no grupo uma percepção de que havia muitas escolas de artes se tornando escolas de desenho industrial para recebimento de verba, e que isso repercutia no ensino ao final (MENEZES, 2016).

O mesmo documento afirma que o trabalho em cima do currículo se deu entre outubro de 1978 e fevereiro de 1979 – data do mesmo –, e que foi enviado às escolas o currículo proposto para nova apreciação, antes mesmo do 1º ENDI, com data limite de 15 de abril para devolução, conforme o cronograma acima.

4.5.3. Envio do currículo proposto e resposta das escolas

Dentre os documentos recolhidos ao longo da pesquisa⁹ encontrou-se alguma variedade de propostas de currículos que resultaram das discussões do grupo, com pequenas variações entre si. No entanto, nenhum encontra-se datado. Não se

⁹ Os documentos foram generosamente fornecidos pelo professor João Bezerra de Menezes, e possuem diversas anotações de diversas reuniões da comissão, que os tornam um material bastante rico porém complexo para ser tratado, por não possuírem indicação ou ordenação cronológica.

sabe, portanto, qual foi a ordem cronológica da discussão, nem qual foi a versão definitiva enviada às escolas. Ainda assim, numa comparação entre essa variedade de propostas e as respostas que de fato chegaram das escolas, acredita-se que o currículo a seguir seja senão a versão final, algo bastante próximo dela¹⁰.

Junto da curricular, foi enviado às escolas uma definição do que seria o profissional de desenho industrial, conforme segue:

O Desenhista Industrial é o profissional que participa de projetos de produtos industriais atuando nas fases de definição de necessidades, concepção e desenvolvimento do projeto, objetivando a adequação destes às necessidades do usuário e às possibilidades de produção.

Como necessidades do usuário devem ser entendidas não somente aquelas do indivíduo, mas também as do grupo social caracterizado pelos aspectos sócio-econômico-culturais da região geográfica de atuação do produto.

Como possibilidade de produção, devem ser entendidas a adequação às limitações de matérias primas, características do parque industrial, disponibilidade de mão de obra, dentro do contexto geo-econômico.

Na sua atuação, o desenhista industrial relaciona-se com profissionais de outras áreas do conhecimento, necessitando, portanto, de uma formação mais abrangente de modo a dispor de um repertório necessário que o conduza a uma interação produtiva.

Desenho Industrial abrange duas habilitações básicas: O Projeto de Produto e a Programação Visual. Estas duas habilitações pressupõem uma única postura metodológica que as integra na mesma área do saber.

Ao habilitado em Projeto de Produto cabe entender, através do projeto de sistemas tridimensionais, as necessidades do usuário, em seu contexto material; ao habilitado em Programação Visual cabe otimizar, através do projeto de sistemas visuais, a relação que se estabelece entre o ser humano e a informação. (COMISSÃO ESPECIAL DE DESENHO INDUSTRIAL, 1978).

Conforme **Tabela 12**, com exceção das matérias específicas para comunicação visual, a inspiração na primeira versão do currículo pré-seminário

¹⁰ Para o conteúdo completo com as ementas verificar em <https://documentos.design/doc/55>.

•• Os currículos mínimos de desenho industrial de 1969 e 1986

– feita em abril de 1978 – é clara, inclusive nas ementas de várias das disciplinas. A mudança evidente está nos conteúdos de Economia, que se mesclam com a proposta de currículo dada por Bomfim, e a troca de Teoria da Informação por Teoria da Comunicação, apesar da ementa ainda ser próxima. O restante das matérias é muito similar.

MATÉRIAS BÁSICAS		
MATEMÁTICA	FÍSICA EXPERIMENTAL	MEIOS DE REPRESENTAÇÃO BIDIMENSIONAL
Cálculo vetorial e geometria analítica	Medidas físicas	Estudo das técnicas de utilização de materiais expressivos
Cálculo numérico	Líquidos e gases	Desenho de observação, de expressão e de modelo vivo
Cálculo diferencial e integral	Eletricidade	Geometria descritiva e métodos de perspectiva
Probabilidade e estatística	Calor	Fotografia
	Acústica	Prática de “atelier”, estúdio e laboratório fotográfico
	Ótica	
	Atividades práticas	
MEIOS DE REPRESENTAÇÃO TRIDIMENSIONAL	METODOLOGIA VISUAL	HISTÓRIA
Estudo das técnicas de utilização de materiais expressivos	Estudo da forma, textura e cor	História da arte
Construção de modelos físicos	Elementos de análise gráfica	História da tecnologia
Prática de oficinas de madeira, metal e modelagem		História do desenho industrial
		História da industrialização
ECONOMIA	CIÊNCIAS HUMANAS	PRÁTICA PROFISSIONAL
O pensamento econômico	Sociologia	Campos de formas de atuação profissional
Teorias do valor	Antropologia cultural	Problemas éticos e jurídicos da profissão
Estudo do processo do trabalho	Psicologia	Órgãos normativos e normalização internacional
Mercadologia		
Economia da empresa		
TEORIA DA COMUNICAÇÃO		
Semiologia		
Processos de comunicação e teoria da informação		
Veículos de transmissão da informação		

Tabela 12: Matriz curricular proposta pela Comissão de Ensino, para ser avaliada pelos cursos até abril de 1979. Fonte: (COMISSÃO ESPECIAL DE DESENHO INDUSTRIAL, 1978).

O texto de abertura também é em sua maior parte bastante semelhante à versão anterior. E apenas o final é alterado para incluir o profissional de programação visual ao grupo dos desenhistas industriais.

Ao se verificar os documentos fornecidos à pesquisa pelo professor João Bezerra de Menezes, percebe-se que as várias versões presentes seguem a mesma base geral. Constam também de rasuras a lápis – alterações de nomenclatura, adição ou supressão de algum conteúdo específico –, mas não de fato de uma revisão fundamental ou estrutural do currículo.

No geral, os documentos não possuem a data de realização das reuniões exceto um que, está em papel timbrado da Apdins-RJ, cuja origem provável é uma das reuniões no Rio de Janeiro anteriores às de Brasília. Até mesmo este documento segue o padrão geral do currículo apresentado na Tabela 9. Seguindo, portanto, a recomendação do seminário, o currículo permaneceu bastante técnico. Assim, observa-se que críticas à versão anterior sobre este ponto, como os comentários de Pedro Luis Pereira de Souza em nome da Esdi (SOUZA, 1978), não foram incorporadas.

O currículo reformulado pela comissão foi enviado às escolas antes mesmo do 1º ENDI. Dos comentários devolvidos para esta nova proposta houve acesso aos documentos da Fuma, da Faculdade de Desenho Industrial de Mauá, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, da Universidade Mackenzie, da ABDI – em reunião com outras escolas de São Paulo –, e da Esdi. Os documentos elaborados, além de mais numerosos, são também bem maiores e mais detalhados que os enviados pelas escolas no ano anterior.

4.5.3.1. Fuma

O comentário feito pela Fuma, em 7 de abril de 1979, refere-se inicialmente ao contexto geral do currículo, ao fato de possuir duas habilitações, que se constituem áreas do desenho industrial pela sua postura metodológica única. Criticam este modelo, ilustrando que na Esdi antes se formavam alunos nas habilitações distintas, e que posteriormente se optou por uma formação única, logo, seria um retrocesso voltar ao estado anterior de separação. O próprio curso da Fuma neste período possuía formação única, e não se dividia em habilitações distintas (OZANAM, 2005).

Quanto à alegada unidade metodológica, afirmam que há, sim, uma postura metodológica específica da escola, mas que não é única e universal, e que, no caso da Fuma, é compartilhada também pelos cursos de Arquitetura de Interiores e Licenciatura. Infelizmente, não entram em maiores detalhes sobre essa identidade metodológica da escola, e como a diferem da proposta no currículo.

O comentário seguinte é sobre a definição do desenhista industrial, em es-

pecial à definição dada às tarefas e habilidades do comunicador visual. O parágrafo foi reescrito e sugeriu-se a inclusão de tarefas específicas do profissional, tais como planejamento de sinalização, sistemas de sinais indicativos, cartazes, marcas, símbolos, embalagens, anúncios, livros, revistas, ilustrações, audiovisuais e exposições.

Finalmente, para a matéria projetual relativa à comunicação visual, incluiu-se uma frase final afirmando que “os projetos deverão abranger diversos campos de atuação incluindo programação urbana e ambiental” (VALERIANO, 1979).

4.5.3.2. Faculdade de Desenho Industrial de Mauá

O documento com os comentários feitos pela Faculdade de Mauá é bastante extenso, totalizando trinta e três páginas, subdividido em tópicos como introdução, fundamentação teórico-filosófica, análise histórica, e conclusão.

O tom geral do comentário está no questionamento de uma pretensa unidade metodológica que coloca projeto de produto e comunicação visual juntos sob um mesmo guarda-chuva. A Faculdade de Desenho Industrial de Mauá formava naquele momento apenas projetistas de produto, e localiza-se próximo ao ABC paulista, local de efervescência industrial condizente com a presença da escola.

O argumento reside no fato de que identificam a “programação visual” – a que preferem chamar de “comunicação visual”, acompanhando Bruno Munari – como um subgrupo da Ciência da Comunicação, ao qual alinha-se a grande área das Artes. Diferentemente do Projeto de Produto – referido como “Desenho Industrial” em absoluto –, que evoluiu a partir dos conceitos bauhausianos e da escola de ulm até se constituir uma área autônoma e autossuficiente.

Vemos então, que nascendo juntos por questões históricas acima expostas, Desenho Industrial e Comunicação Visual se desprenderam do campo de conhecimento e atividade humana vistos pelo ensino universitário como “Campo das Artes”. A ciência da Comunicação se desenvolvia na época e ambas as atividades profissionais foram envolvidas pelo seu campo de atuação.

[...] Dez anos [do curso de desenho industrial da Faculdade de Mauá] trouxeram vivências e experiências que nos permitem hoje fixar o lugar exato de cada um desses ramos da atividade humana.

A comunicação visual não deve despende-se do campo das Ciências da Comunicação e das Artes para entrar num campo mais técnico. Não cremos que a matemática lhe seja mais útil do que a lógica e Metodologia [...].

Em suma, cremos que o Desenho Industrial encontrou seu caminho que hoje se delinea por entre os demais ramos do conhecimento e atividade humanas, como Matéria Interdisciplinas, e a Comunicação Visual deve ficar no campo das Comunicações e Artes para que a formação desse profissional não se ressinta de lacunas irremediáveis (BOGSAM NETO et al. 1979)

Assim, a crítica ao Currículo Mínimo em questão é sobre sua estrutura geral, e por isso não fazem comentários pontuais sobre ementas nem matérias. Curiosamente, um dos membros que assinam o comentário é Sérgio D’Oliveira Casanova, membro da comissão que escreveu a versão de currículo criticada. Infelizmente, não há evidência ou dado que possibilite afirmar se o designer defendeu essa postura nas reuniões em Brasília, ou como se deu a disputa como um todo.

4.5.3.3. Universidade Federal da Paraíba

O corpo docente do curso de desenho industrial da UFPB critica a permissividade do Currículo Mínimo apresentado pelo grupo, que ainda possibilita “[...] que cada escola continue a usá-lo segundo seus objetivos, critérios e limitações, isto porque as ementas não estão suficientemente claras quanto ao conteúdo do programa de cada matéria” (UFPB, 1979).

Elogiam, entretanto, a subdivisão em duas habilitações de uma mesma formação, apesar de entenderem que isso ao mesmo tempo “aumenta a dicotomia entre as 2 áreas, quando na verdade ambas se complementam” (UFPB, 1979). Logo após, entram em detalhes de ementas das disciplinas de matemática, física, meios de representação bidimensional, e materiais e processos de fabricação, com sugestões pontuais quanto a alguns dos conteúdos apresentados.

4.5.3.4. Universidade Mackenzie

A comissão docente (SCHOENACKER et al., 1979) formada pelo curso de desenho industrial do Mackenzie para comentar sobre a proposta curricular redigiu um relatório também bastante grande (39 páginas), onde optam menos por criticar ou comentar pontos específicos da proposta curricular enviada pela Comissão de Ensino, e mais por sugerir outro caminho de proposição para chegar a uma proposta totalmente diferente daquela inicial.

O relatório argumenta inicialmente que parte dos percalços dos cursos su-

periores se dá pelo problemático segundo grau que formava os alunos ingressantes. Assim, como uma maneira de adequar a proposta à possibilidade real, analisam que tipo de aluno chega à universidade a partir do então vigente curso secundário, e que tipo de disciplinas seriam necessárias para levar tal aluno ao grau de profissional ao fim do curso superior.

Após apresentar o perfil do ingressante, o relatório define qual é o perfil de um desenhista industrial, que é, de maneira geral, o especialista na configuração de produtos que deve atuar junto ao profissional de marketing (o relatório rejeita a denominação mercadologia dada pelo currículo), ao empresário (rejeitam também denominá-lo industrial, dado que sua relação com a indústria é comercial e gerencial, e não de conhecimento de processos) e demais profissionais envolvidos na confecção de artefatos visuais e físicos, funcionando como um advogado do usuário, onde os demais veem o consumidor. Defendem, também, que não haja habilitações distintas, mas um único profissional “desenhista industrial” capaz de dar conta de ambas áreas gráfica e produto – interesse inclusive do próprio formando, que teria maior campo de atuação após formado. Observa-se que Mackenzie, neste período, trabalhava com duas habilitações de Desenho Industrial e Comunicação Visual (CARVALHO, 2015, p. 203), o que indica que a recomendação posta pela escola seria uma diretriz para o futuro, mas não acompanhava sua situação presente naquele momento.

Assim, chegam a uma proposta curricular mais otimizada, pois lidava com as demandas e expectativas de toda a cadeia formativa do desenhista industrial, desde o aluno ingressante, passando pelos professores formadores, até o mercado que absorveria os alunos egressos¹¹.

4.5.3.5.ABDI

Os comentários da ABDI para o currículo em discussão fizeram-se a partir de uma reunião convocada pela associação com as escolas paulistanas de desenho industrial ao final de março de 1979. Quem assina a carta é Sérgio Akamatu, desenhista industrial formado pela Faap, professor na mesma instituição e presidente da ABDI naquele período, além de um dos professores que também assinou a carta do Mackenzie comentada anteriormente.

O comentário da associação é absolutamente alinhado às perspectivas apre-

¹¹ Para maior aprofundamento no currículo e ementas propostos pelo Mackenzie, consultar <https://documentos.design/doc/56>.

sentadas pelo Mackenzie, sem qualquer discordância ao longo do texto. Ressalta-se sobretudo a importância de formação unificada do profissional, mais generalista, e com profundos conhecimentos de estrutura empresarial, economia e gestão, de forma a funcionar em sintonia com o empresariado que o empregará.

A opinião expressa, segundo a introdução do comentário, foi obtida por consenso, e contou com a presença de professores, alunos e associados. Não se detalha nominalmente, entretanto, quem foram os participantes.

4.5.3.6. Esdi

Os comentários da Esdi, desta vez assinados apenas pela diretora Carmen Portinho, seguem o tom geral daqueles feitos na primeira apresentação da reformulação curricular, em abril de 1978. Portinho reafirma a crítica de Souza à inclusão de “aplicação de computadores na solução de problemas” na ementa da matéria de matemática, dado que “[...] computadores não solucionam problemas, auxiliam em seu encaminhamento” (PORTINHO, 1979).

Quanto a “Meios de Representação Bidimensional”, Portinho critica a presença na ementa dos conteúdos de desenho de observação, expressão e modelo-vivo, sugerindo cuidado para “[...] não se descambar para as ‘belas-artes” (PORTINHO, 1979), em especial ao conteúdo referido como “modelo-vivo”, que julgou desnecessário à formação de um desenhista industrial. Porém, já era algo incluído nas disciplinas de outras escolas, como a EBA, e mesmo a Fuma.

Ademais, confirma que o currículo preenche no geral os requisitos básicos para a formação de desenhistas industriais, e que apesar dos detalhes apontados “o conjunto do currículo é adequado”.

4.5.4. *Proposta final para o 1º ENDI*

O universo de comentários a que se teve acesso mostrou-se restrito se considerarmos os 25 cursos que estavam abertos no país naquele momento. Não se sabe se há documentos de outras instituições, pois não foram encontrados nos acervos consultados.

Apesar deste fato, os comentários disponíveis revelam aspectos interessantes e centrais do debate na época. Uma das considerações imediatas é de que não havia consenso entre as escolas, sendo a discordância mais importante a questão da unificação ou divisão da formação em duas habilitações. Por isso, aqui cabem alguns comentários gerais sobre a receptividade e representatividade do currículo, quando consideradas as respostas enviadas.

Não se pode deixar de observar que o único parecer que efetivamente concorda e considera suficiente a proposta curricular seja o da Esdi, escola carioca e ponto de reunião dos membros cariocas da comissão, na qual boa parte se formou. As demais escolas, tanto paulistas, quanto dos demais estados, apresentam discordâncias excessivamente estruturais sobre o conteúdo – dos seis comentários, cinco deles tratam das habilitações, dos quais quatro incentivam uma formação única de desenhista industrial, e outro rejeita qualquer proximidade entre elas.

A Faculdade de Desenho Industrial de Mauá afirma que defendeu este mesmo ponto no Seminário “Desenho Industrial e Ensino”, mas que foi voz vencida. Naquele momento, a representatividade era, em teoria, bastante superior, com a presença de quinze escolas na plenária. Na prática, no entanto, a maioria das 41 pessoas presentes era também do Rio de Janeiro, conforme consta na lista de presenças do evento (COMISSÃO DO SEMINÁRIO DESENHO INDUSTRIAL E ENSINO, 1978).

Colocados estes pontos, é de se especular se a aprovação da manutenção da dupla habilitação não fora, ao final, justamente reflexo da pujança e organização política pela qual passava a categoria dos desenhistas industriais no Rio de Janeiro. Cabe lembrar que as escolas cariocas já haviam se organizado e discutido o assunto antes do seminário; logo, pode-se supor que havia certa concordância entre os participantes para as pautas e comentários decididos pela plenária no evento de São Paulo.

Também a maioria proporcional por estado, na comissão de ensino, era do Rio de Janeiro, e os membros de associação (Apdins-RJ, com Valéria London) e institutos (MIC/STI e INT, nas figuras de José Abramovitch e Luiz Blank) eram cariocas, além dos únicos que não eram de escolas. Havia, segundo essa lógica, uma maior força política do grupo do Rio de Janeiro para os debates do momento, tanto em número, quanto em organização.

A desmobilização da ABDI neste período para com o assunto do ensino e do Currículo Mínimo também reflete essa disparidade de capital político se comparado à atuação da Apdins-RJ. O único comentário feito pela ABDI como associação partiu de um encontro de escolas locais, e que refletiu de fato a visão de outros grupos paulistas, como a Faap, o Mackenzie e demais associados. Houvesse a ABDI demonstrado e mantido interesse no assunto desde antes do Seminário “Desenho Industrial e Ensino”, e também marcado presença na comissão durante todo o processo, talvez o resultado ao final fosse diferente.

Obviamente, não se trata de afirmar que a organização e a mobilização da Apdins-RJ representavam uma manobra por parte dos membros cariocas para que prevalecessem os seus interesses. Mas é bastante claro que, ao final, toda mobilização nascida da ABDI-RJ, e continuada na Apdins-RJ, influenciou o resultado final do documento do currículo que foi aprovado no 1º ENDI, ocorrido também no Rio de Janeiro, como será apresentado a seguir.

4.6 1º Encontro Nacional de Desenhistas Industriais

O 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial, organizado pelas três entidades de classe daquele momento – Apdins-RJ, ABDI e Apdins-PE – aconteceu entre os dias 04 e 06 de outubro de 1979, e nasceu como maneira de debater e propor encaminhamentos para um conjunto de assuntos polêmicos que pairavam sobre a parcela da categoria dos desenhistas industriais que procurava se organizar, dentre os quais o Currículo Mínimo e uma proposta de regulamentação da profissão.

O 1º ENDI contou no total com cinco grupos de trabalho: 1. regulamentação da profissão; 2. ensino; 3. desenho industrial e subdesenvolvimento; 4. desenho industrial e indústria; e 5. grupo de estudantes.

Segundo Braga, “o 1º ENDI ocupou as atenções de uma das comissões da Apdins-RJ no início da gestão” (2016, p. 175). Gilberto Strunk, em entrevista ao pesquisador (2016), confirma o dado, e afirma que ele, que naquele momento era sócio do escritório Dia Design (que três anos antes havia recebido menção honrosa no concurso para a identidade visual do Seminário Design’76) foi o diretor administrativo do evento, enquanto seu sócio o diretor financeiro:

A nossa parte nessa história era fazer a parte administrativa e financeira. Ou seja, a gente tinha que fazer o evento acontecer. A gente fez a produção do evento. Então como é que você ia fazer toda parte de comunicação, como é que você ia fazer a comunicação pré-evento, como é que você ia fazer a comunicação no evento, como é que você ia recepcionar as pessoas, inscreve-las, plotar os crachás... Tinha pastinha de plástico daquelas só pra botar as coisinhas dentro, com bloco e o cacete. Foi como se fosse um congresso. (STRUNK, 2016).



Figura 3: Roteiro básico para estudo de currículo. Fonte: REDIG, 1978.

Strunk ficou também responsável pela identidade visual do evento. Diferentemente do que aconteceu no Design'76, a identidade do 1º ENDI foi uma das tarefas inerentes à própria organização do evento, sendo desenvolvida dentro da Dia Design, sem recursos nem das Apdins, nem da ABDI para sua confecção.

4.6.1. Preparações para o 1º ENDI

Um documento encontrado no acervo do prof. Lúcio Grinover, sob os cuidados da biblioteca da Fauusp, dá a entender que houve grupos que se mobilizaram antes do 1º ENDI para formular propostas a serem discutidas durante o evento. Um desses grupos, formado por estudantes da Esdi, redigiu um documento, que terminou intitulado “Doc. nº 6 – Grupo de Ensino” (indicando ser parte de outro conjunto de documentos apresentados durante o evento), e que fornece alguns comentários de interesse à pesquisa:

Dando prosseguimento às reuniões dos grupos de estudo (tirados na 1ª Assembléia Pré-ENDI em 21/09) o GRUPO DE ENSINO E

CURRÍCULO reuniu-se no dia 27/09, onde os componentes, após a leitura da proposta da APDINS/RJ, concluíram os seguintes pareceres que gostariam de ver anexados ao documento original:

- *Extensão do curso para 5 anos, que ficariam assim divididos:*
- *2 anos BÁSICO*
- *2 anos DI ou/le PV*
- *1 ano TESE*

Isso implicaria não só num melhor aproveitamento das matérias, já que o progra-

ma proposta apresenta uma extensa carga horária, como também daria ao aluno a possibilidade de optar por Desenho Industrial ou Programação Visual, tendo assim 2 anos para se dedicar exclusivamente à profissão escolhida e assim poder efetuar pesquisas e estudos mais específicos.

(Obviamente, estamos colocando como proposta fundamental a obrigação das escolas administrarem os 2 cursos).

O documento assinado pelos alunos da Esdi termina por assumir também a divisão de habilitações, conforme a proposta da Comissão Especial de Desenho Industrial, e, portanto, alinhado às propostas dos grupos cariocas ao longo de todo o processo.

Em 1977 a Esdi comemorou seus quinze anos com a realização de um seminário. Um dos resultados do evento foi o livro de Joaquim Redig, *Sobre Desenho Industrial: desenho de produto, comunicação visual*, que apesar de ter sido precedido por alguns trabalhos avulsos e menores de outros autores, foi considerado por Leite como o “[...] primeiro livro que visa esclarecer sobre o que se tratava, afinal, aquela nova profissão” (LEITE, 2013, p. 4). Em seu livro, Redig diferencia a Programação Visual e o Projeto de Produto, mas os mantém sob o guarda-chuva do Desenho Industrial.

Não se pode afirmar de maneira contundente que o livro tenha sido, efetivamente ou exclusivamente, a referência para essa proposta de divisão de habilitações, mas ao menos demonstra que a ideia circulava e estava em debate naquele período, especificamente no Rio de Janeiro.

4.6.2. Grupo de Trabalho sobre Ensino do 1º ENDI

As discussões do 1º ENDI se efetivaram por meio de grupos de trabalho, que ao final redigiram suas propostas e análises, as quais foram aprovadas pelo plenário. Dentre os grupos, o de maior interesse à presente pesquisa é o relativo ao ensino. Um outro documento também presente no acervo de Grinover é um documento intitulado “Doc. nº 9 Conclusões do Grupo de Trabalho Ensino”. No documento, fala-se da apresentação de duas propostas de Currículo Mínimo que foram discutidas pelo grupo: uma decorrente da Comissão Especial de Desenho Industrial, e outra levada por participantes do grupo. O grupo definiu, ao final, que os cursos de desenho industrial deveriam abranger as duas habilitações – denominadas Projeto de Produto e Programação Visual.

Esta decisão endossou a deliberação anterior de 16 instituições de ensino apresentadas no seminário ‘Desenho Industrial e Ensino’ [...].

Dessa forma, eliminou-se uma das propostas, concentrando-se o debate sobre aquela da Comissão Especial. Ressaltamos que devido à complexidade do tema, da inexistência de outras propostas para análise, da grande divergência sobre o assunto tratado e ainda da discordância de alguns professores sobre o encaminhamento dos trabalhos da Comissão Especial, o desenvolvimento das atividades do Grupo foi extremamente moroso.

Como conclusão de exaustivos debates, aprovou-se a decisão de analisar a proposta da Comissão Especial, reconhecendo que, embora a mesma ainda seja passível de melhorias, não seria conveniente adiar ainda mais a reformulação do Currículo Mínimo. Houve, contudo, unanimidade em reconhecer que a proposta analisada é extremamente mais adequada que o currículo em vigor. (1º ENDI, 1979).

Embora não esteja descrita em seus conteúdos específicos, é possível que essa outra proposta de Currículo Mínimo seja a mesma, ou semelhante, à apresentada pelo Mackenzie como resposta ao pedido de comentários da Comissão Especial, e que tenha sido levada especificamente pela ABDI para o 1º ENDI. Conforme já colocado acima, o tom dos comentários apresentados pela ABDI e pelo Mackenzie são bastante similares, e resultaram de uma reunião promovida pela associação nas dependências da Faap, além de contar com a assinatura de Sérgio Akamatu, que, como já mencionado, não era professor do Mackenzie naquele momento, mas sim da Faap.

As divergências entre a ABDI e a Apdins-RJ no 1º ENDI foram numerosas, segundo Braga, o que reforça ainda mais a ideia de que tenha sido a ABDI quem apresentou a contraproposta ao Currículo Mínimo. Segundo Braga:

Durante o evento, as delegações do Rio de Janeiro e de São Paulo entraram em conflitos e discussões devido aos encaminhamentos realizados em paralelo, por ambas as partes, de documentos distintos sobre o projeto de regulamentação da profissão e sobre o Currículo Mínimo. (BRAGA, 2016, p. 141).

Redig, em entrevista de 2017, recordou-se de certa oposição de um grupo curitibano por causa de vários conteúdos propostos no 1º ENDI, tanto de ensino quanto de regulamentação, mas não se recordava de nenhum nome ou quais os assuntos que se contrapunham (REDIG, 2017). O fato de não haver, também, qualquer retorno de alguma escola do Paraná para as versões anteriores do Cur-

currículo Mínimo nos impede de formular qualquer ideia sobre que tipo de oposição teriam apresentado.

O documento proposto pelo Grupo de Trabalho de Ensino do 1º ENDI termina apresentando a proposta de currículo gerada pela Comissão Especial de Desenho Industrial, com poucas diferenças estruturais daquela versão, e algumas modificações de ementas. Em resumo:

- A matéria de “Física” passa a incluir na ementa o conteúdo de “Termodinâmica”;
- A matéria de “Metodologia Visual” deixa de fazer parte do curso básico e passa para o grupo de matérias profissionalizantes;
- “História” torna-se “História da Arte e da Tecnologia”;
- Para a matéria de “Economia”, toda ementa é substituída, e passa a ser formada por: 1. Noções de macroeconomia;
- 2. Inflação e desenvolvimento econômico; 3. Noções de microeconomia; 4. Estudo da produção e do mercado; 5. Cursos industriais (a ementa anterior pode ser visualizada na Tabela 9);
- A matéria de “Ciências Humanas” passa a denominar-se “Antropologia, Sociologia e Psicologia”;
- A matéria de “Prática Profissional”, dedicada a aspectos éticos e jurídicos da profissão, torna-se “Legislação e Normas”;
- “Teoria da Comunicação” deixa de ser uma matéria básica e é incluída nas habilitações;
- Para a habilitação de Projeto de Produto, “Fabricação” divide-se “Sistemas Mecânicos” e “Materiais Industriais”;
- Para a habilitação de Programação Visual, “Materiais e Processos de Fabricação” torna-se “Materiais, Fabricação e Processos”, e “Produção e Análise da Imagem” torna-se “Produção e Análise da Imagem Sequenciada”.

Na maioria dos casos em que se troca a nomenclatura da matéria, a ementa permanece a mesma, com alguma alteração de parágrafos, mas nenhuma grande mudança estrutural da proposta originalmente apresentada para esse ENDI. Mesmo a definição original do que é desenho industrial e suas duas habilitações não possui qualquer diferença entre os documentos.

Além das matérias para o Currículo Mínimo, o documento inclui ainda algumas especificações para uma Comissão Permanente de Desenho Industrial

junto ao MEC, e também definições sobre uma política de Pós-Graduação em Desenho Industrial.

4.6.3. A minuta da proposta do novo Currículo Mínimo

A minuta final aprovada no 1º ENDI contendo a proposta de Currículo Mínimo encaminhada ao MEC é, no conteúdo das matérias e ementas, idêntica à do documento comentado acima. Alguns outros pontos, no entanto, merecem destaque.

O primeiro é quanto à estrutura do documento. A página de capa, endereçada a Guilherme de La Penha, então Secretário de Ensino Superior do MEC, possui como parágrafo inicial o seguinte texto:

Vimos por meio desta solicitar a V.Sa. o encaminhamento da Minuta de Resolução que fixa os mínimos de conteúdo e duração para CURSO DE DESENHO INDUSTRIAL e suas habilitações em Projeto de Produto e Programação Visual, para apreciação do Conselho Federal de Educação. (LONDON et al., 1979).

A expectativa, pelo que se observa, era de alguma maneira “agilizar” o processo de aprovação do documento, já que o que se apresenta é o documento estruturado para já se tornar uma resolução e publicação oficial. Mesmo as páginas que se seguem, diferente dos rascunhos e demais documentos encontrados ao longo da pesquisa, possuem um tom mais próximo de uma linguagem jurídica em diversos trechos.

Outro ponto a ser destacado, conforme já apontado por Braga (2016, p. 162), é que quem assina a minuta são Valéria London – presidente da Apdins-RJ –, João Roberto Nascimento – presidente da Apdins-PE –, Sérgio Akamatu – presidente da ABDI –, e Gustavo Amarante Bomfim, aqui apresentado pela primeira vez como Coordenador da Comissão Especial de Desenho Industrial para o estudo do Currículo Mínimo. Segundo Braga:

É interessante observar que a minuta de resolução sobre o Currículo Mínimo, mesmo apoiada pelas instituições de ensino presentes ao 1º ENDI, foi encaminhada à Secretaria de Ensino Superior do MEC pelas três associações profissionais promotoras do Encontro na UERJ em conjunto com o coordenador da comissão especial, o professor Gustavo Amarante Bomfim. Não há assinatura de represen-

tantes ou dirigentes das instituições de ensino. O que, por um lado, demonstra a liderança das associações profissionais na organização de debates e ações sobre as principais questões colocadas nas pautas de discussões pela categoria de designers, em fins da década de 1970. Por outro, temos de considerar que muitos dos articuladores e dirigentes das associações profissionais daquela época exerciam também atividade docente. (BRAGA, 2016, p. 162).

O primeiro tópico do documento intitula-se “Histórico”. Nele, comenta-se que o primeiro currículo de desenho industrial do Brasil, da Esdi, inspirou-se fortemente no currículo da UfG-Ulm, e prossegue com um texto retirado sem alterações da dissertação de Gustavo Amarante Bomfim:

O fato dos organizadores do primeiro currículo de desenho industrial em nosso país terem utilizado como base o modelo curricular alemão não chega a constituir nenhuma surpresa. Excetuando algumas poucas experiências americanas e o modelo bauhausiano, já incorporado à experiência de Ulm, pouco restava para auxiliar a formação de um plano para o ensino da atividade do desenho industrial no Brasil. (BOMFIM, 1978, p. 52).

Coloca, em seguida, que a própria Esdi teria paralisado suas atividades em 1968 para discutir seu currículo, cuja “proposta seria aceita pelo Conselho Federal de Educação, em 1969, fixado como Currículo Mínimo para o curso de Desenho Industrial” (LONDON et al., 1979). A informação é inexata, como observou-se no capítulo anterior da presente pesquisa, e indica o desconhecimento dos envolvidos sobre o processo de definição do currículo anterior, mais um indício da alienação da categoria do processo e conteúdo que resultaram no Currículo Mínimo em 1969, já que a ideia que se cristalizou na memória da academia sobre sua implantação não corresponde ao averiguado por nossa pesquisa.

A análise feita na minuta sobre aquela versão do Currículo Mínimo é de que com a abertura de cerca de 20 novos cursos de desenho industrial e/ou programação visual pelo Brasil entre os anos de 1968 e 1978, a experiência didática iniciada pela Esdi ampliou-se, e fez-se perceber a necessidade de reformulação do Currículo Mínimo em vigor. Listam-se ao menos três aspectos de revisão:

[...] caracterizar o curso de desenho industrial em duas habilitações, ou seja, pro-

jeto de produto e programação visual; dar um cunho tecnológico à atividade do desenhista industrial, adequando-a às necessidades atuais do país; e atender, na medida do possível, às especificidades das regiões onde se situam as escolas. (LONDON et al., 1979).

O documento comenta sobre o grupo formado pelo MEC DAU em abril de 1978 para escrever uma proposta de Currículo Mínimo, mas não especifica o foco exclusivo na habilitação de projeto de produto. Segue então uma breve descrição sobre o seminário “Desenho Industrial e Ensino”, os trabalhos da comissão que foi formada no evento, e por fim o 1º ENDI.

Foi anexado à minuta o documento “Conclusões do 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial”, com o mesmo conteúdo do documento anteriormente identificado como Doc. 9, mas posteriormente marcado como Doc. 2. em papel timbrado da Apdins-RJ e do 1º ENDI. O documento inclui tanto a apresentação da nova proposta de Currículo Mínimo, quanto a solicitação de criação da comissão permanente de desenho industrial junto ao MEC, além do que se pensava para a pós-graduação em desenho industrial.

O texto demonstra também que o grupo que o redigiu contava com a publicação do novo Currículo Mínimo no ano de 1981. Indica também que ao longo do ano de 1980, todas as cerca de vinte escolas funcionando no país deveriam encaminhar ao CFE “os planos curriculares adaptados a essa Resolução” (LONDON et al., 1979).

A proposta de minuta foi encaminhada ao MEC entre o final do ano de 1979 e o início do ano de 1980. Porém, conforme aprofunda-se no capítulo seguinte, não houve tramitação da proposta até meados dos anos 1980, tendo sido aprovada apenas em 1987, quase dez anos após sua criação em um momento no qual, para alguns docentes, já estaria defasado diante da realidade do campo do design no país.